

Diário da Sessão n.º 003 de 09/12/04

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No início desta legislatura queria saudar o Sr. Presidente e toda a câmara e desejar que esta caminhada que hoje iniciamos seja frutuosa para os açorianos.

As áreas do Programa do Governo que à Secretaria Regional da Educação e Ciência dizem respeito, estão organizadas em dois grupos essenciais: o primeiro diz respeito à área da Ciência e Tecnologia e o segundo tem a ver com a promoção das políticas voltadas para os recursos humanos, para a empregabilidade e para a educação.

No que diz respeito à Ciência e Tecnologia, os dois eixos orientadores do Programa do Governo têm a ver:

Por um lado, com o reforço da capacidade de investigação nos Açores e a sua integração e credibilização no contexto nacional e internacional, reforçando as equipas de investigação aqui sedeadas e criando condições para que elas possam integrar-se dentro de cada uma das especialidades no contexto mais geral da investigação científica, até porque a investigação científica é universal e não se compadece com as pequenas equipas. A integração dos Açores nas grandes redes internacionais nas diversas áreas do saber é uma das apostas fundamentais, quer para a credibilização e crescimento da nossa Universidade, quer para a credibilização das diversas equipas que em diversas instituições nos Açores fazem investigação científica.

Por outro lado, face à crescente penetração das tecnologias de informação e da comunicação na vida de todos nós, é essencial promovermos, na nossa sociedade, a expansão dos saberes e dos acessos, por forma a que possamos, utilizando essas tecnologias, de uma vez por todas quebrar o

isolamento que durante séculos nos manteve fora dos grandes desenvolvimentos na área cultural.

Se os Açores foram durante toda a sua história uma encruzilhada de povos e de passagens, devido às dificuldades de comunicação, os açorianos nunca puderam participar nos grandes momentos do desenvolvimento cultural.

Essa é a alteração que a acessibilidade imediata ao saber e à informação que hoje nós temos, via essas tecnologias, nos permite aspirar a que os Açores também possam ser sede de criação de saberes e que nós possamos produzir aqui informação, produzir conteúdos e divulgar os mesmos através dessas tecnologias.

Para isso é essencial fazer a ligação entre as nossas escolas e estas tecnologias, fazer com que as escolas e todas as instituições que nos Açores se dedicam ao saber e à cultura possam ter acesso imediato e com qualidade às tecnologias de informação e comunicação.

No que diz respeito às políticas voltadas para a juventude, os objectivos mantêm-se no sentido de termos uma política de juventude que seja horizontal, ou seja, uma política que abranja de forma transversal todas as políticas que directa ou indirectamente tenham a ver com os jovens.

Aí há dois aspectos essenciais: por um lado, o fomento da participação e da cidadania, criando condições para que os jovens possam ter uma participação activa na nossa sociedade, possam ser ouvidos e fazer-se ouvir e, por outro lado, as políticas de apoio ao associativismo estudantil e juvenil, em geral, por forma a que o dinamismo que estas instituições têm vindo a demonstrar se possa traduzir no alargamento cada vez maior das oportunidades de participação de jovens em actividades de toda a natureza, mas particularmente nas culturais e nas desportivas.

Uma outra área extremamente importante é o fomento da mobilidade juvenil: permitir que os jovens dos Açores não se sintam aprisionados nas

suas ilhas e tenham condições para conhecer os Açores e o exterior da Região.

Nesse contexto, as políticas de apoio à mobilidade, em que assume particular destaque o cartão Inter-Jovem e a possibilidade dos jovens viajarem durante o Verão de forma economicamente bastante mais fácil do que os restantes cidadãos, vão ser um dos eixos fundamentais no apoio à mobilidade.

Outro aspecto essencial prende-se com a orientação vocacional e com o acesso ao mundo do trabalho. Essa é uma das maiores preocupações dos jovens e a possibilidade que nós temos na Região, dada a pequenez da nossa população, de termos um atendimento personalizado, permite aspirar a que sejamos capazes de apoiar cada jovem na escolha de uma profissão, na obtenção de uma qualificação profissional e depois acompanhá-lo na integração do mundo de trabalho.

São estes os eixos fundamentais da política de juventude traçada pelo IX Governo Regional.

A educação e formação profissional, ao contrário daquilo que já hoje ouvi nesta câmara, são, nos Açores, desde há muito, almas gémeas e não podemos separar uma da outra. Por isso, o Programa do IX Governo tem um ponto que é comum a ambas, porque o sistema de formação profissional é parte integrante do sistema educativo.

O nosso sistema educativo regional integra em igualdade de circunstâncias as escolas do ensino regular e as escolas do ensino profissional.

O grande desafio que o Governo Regional tem vindo a enfrentar é o desafio de qualificar os açorianos e essa qualificação só se faz conjugando a formação académica, a formação que é dada pelo ensino regular, com a qualificação profissional, aquela que é prosseguida pelos cursos profissionais, cursos esses que hoje nos Açores existem tanto no ensino profissional especializado como nas escolas do ensino regular.

Os Açores, hoje, têm uma rede integrada de formação profissional que começa já a dar os seus frutos, quer em termos de resultados, – e eu chamo atenção para os recentes processos nos campeonatos das profissões – quer em termos do número de alunos. Este ano lectivo, em formação profissional, já temos mais alunos do que temos a frequentar o ensino secundário regular.

Na política da educação um dos objectivos centrais é criarmos condições nos Açores para podermos cumprir os critérios que estão estabelecidos na estratégia de Lisboa, critérios de qualificação e de empregabilidade.

Infelizmente partindo de um patamar muito baixo – de facto, só nos últimos 30 anos é que se começou a investir em educação – para nós atingirmos, dentro dos prazos que estão previstos para a União Europeia, a estratégia de Lisboa, temos que fazer um grande investimento na qualidade.

Se nós compararmos os indicadores de desempenho das nossas escolas e do nosso sistema educativo com a generalidade da União Europeia, mesmo olhando para os países que entraram recentemente na União Europeia, veremos que em todos estes indicadores, apesar das grandes melhorias verificadas ao longo das últimas décadas, nós continuamos muito aquém daquilo que seria desejado.

Daí que o Programa do IX Governo Regional, na continuação daqueles que foram os programas dos Governos do Partido Socialista, está voltado para a promoção do sucesso, voltado essencialmente para a promoção da qualidade.

Os grandes objectivos a cumprir na política de educação são a qualificação dos açorianos e isso passa pelo combate ao insucesso e abandono escolar e por dedicar uma particular atenção a todos aqueles aspectos que nas nossas escolas fazem com que a nossa educação não tenha a mesma eficácia do que alguns países nossos parceiros têm.

Nesse âmbito, uma das intervenções essenciais passa pela reestruturação do 1º ciclo do ensino básico.

O 1º ciclo do ensino básico, a par da educação pré-escolar, é o verdadeiro alicerce de todo o sistema educativo. Um aluno que não consiga ter sucesso no 1º ciclo do ensino básico, dificilmente pode prosseguir com sucesso nos ciclos seguintes. É essencial que o aluno saiba ler, escrever e tenha os conhecimentos mínimos numéricos para poder depois aprender e ter sucesso na escola.

Quando um aluno não tem sucesso no 1º ciclo não pode ter nos ciclos que vêm a seguir. Daí que nós, neste Programa do Governo, dediquemos uma atenção muito especial ao 1º ciclo que merecerá uma intervenção muito mais forte do que aquela que temos vindo a dedicar, até porque algumas das questões que estavam a montante e que têm a ver com as questões administrativas e de organização do sistema educativo, hoje mostram-se claramente alteradas e estamos em condições de prosseguir a nossa caminhada por aí.

No que diz respeito à qualificação profissional e à melhoria da qualidade do emprego, e diria mais, a melhoria da empregabilidade dos açorianos, a solidificação da rede de escolas profissionais que hoje, felizmente, já abrange quase todo o nosso arquipélago e particularmente a coordenação entre a oferta destas escolas com a oferta que existe a nível das escolas do ensino regular, assume um papel extremamente importante.

É preciso criar condições para que as nossas escolas do ensino profissional tenham qualidade, que a sua oferta, em termos de custos, seja pertinente, e que não haja duplicação de cursos e, ao mesmo tempo, não haja concentração da oferta em cursos que não conferem empregabilidade no mercado de trabalho regional.

Para isso propomos reforçar as funções do Observatório do Emprego e Formação Profissional, dando-lhe também competências na área da

educação, por forma a que tenhamos uma visão constantemente actualizada das necessidades do mercado de trabalho e, por essa via, possamos constantemente actualizar a oferta das escolas do ensino profissional e das escolas do ensino público.

No que diz respeito às políticas na área do emprego, elas são, no fim de contas, a continuação da promoção da empregabilidade dos açorianos e para isso, sem querer voltar atrás, a formação profissional também para aqueles que já ingressaram no mundo do trabalho e a formação da 2ª oportunidade para aqueles que no período que normalmente teriam acesso à escola não tiveram sucesso ou não puderam aceder a ela, são um dos eixos fundamentais.

Por outro lado, na execução do Programa Regional do Emprego que está em vigor e que, coincidindo com o Quadro Comunitário, se prolonga até 2004, vamos continuar a privilegiar a estabilidade laboral e o apoio à inserção no mundo de trabalho dos grupos sociais que têm maiores dificuldades, seja por razões sócio-económicas, seja por razões que dizem apenas respeito ao indivíduo. Também vamos continuar a apoiar a entrada no mundo do trabalho dos trabalhadores femininos.

De facto, nos Açores, as trabalhadoras e as candidatas a emprego continuam a estar em claro desfavor perante o mercado de trabalho. Daí que na promoção da igualdade de oportunidades e de géneros, o acesso ao mundo do trabalho seja uma das áreas fundamentais.

No que diz respeito às políticas na área laboral, vamos proceder à revisão do SERCAP – Serviço de Conciliação, e vamos continuar a pugnar para que nos Açores haja uma boa articulação entre as políticas do emprego e as políticas estreitamente laborais, por forma a valorizarmos as profissões e a estabilidade do emprego.

Neste contexto, o VIII Governo Regional deu início à discussão da adaptação à Região do Código de Trabalho e vamos prosseguir tentando

criar nos Açores condições para que o emprego e a sua estabilidade continuem a ser a norma.

No que diz respeito à área do desporto, os objectivos fundamentais do Programa do Governo estão voltados para o fomento da prática desportiva e a sua generalização, o que passa, obviamente, por uma melhoria da acessibilidade à prática desportiva e pela criação de condições para disponibilizar infra-estruturas desportivas que para tal são necessárias.

Neste contexto, iremos promover a revisão da legislação enquadradora dos apoios ao sistema desportivo por forma a privilegiarmos nela claramente a formação desportiva dos mais jovens e por forma a valorizarmos o associativismo desportivo, ao mesmo tempo que contribuímos para a dignificação dos seus dirigentes.

São estes, pois, os eixos fundamentais do Programa do Governo, nas áreas da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Ciência.

Muito obrigado.